



REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO
E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Exma. Senhora
Dra. Catarina Gamboa
Chefe do Gabinete de S. Exa. o
Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares

Assunto: Resposta à Pergunta Parlamentar nº 2373/XIV/2.^a de 25 de junho de 2021

Para Catarina,

Encarrega-me o Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de, em resposta à pergunta parlamentar em epígrafe, levar ao conhecimento de V. Exa. os seguintes esclarecimentos:

A posição de Portugal em matérias de direitos humanos é clara e inequívoca: Portugal apoia o princípio da universalidade dos direitos humanos e da aplicação a todos os indivíduos, independentemente da sua orientação sexual.

A Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE) foi também sempre muito clara quanto à sua posição relativamente à defesa dos princípios e valores europeus tendo, desde logo, determinado no seu Programa de trabalho para o semestre que *"a resiliência da UE assenta na defesa dos seus valores fundamentais. Nesse sentido, promoveremos a defesa e a consolidação do Estado de Direito e da democracia, o combate a todas as formas de discriminação, o pluralismo dos média e o combate à desinformação"*, colocando assim os valores fundamentais, os direitos humanos, o Estado de Direito – pilares essenciais da União – no topo da agenda europeia.

Adicionalmente, a PPUE sublinhou sempre o lugar central que a igualdade e a não discriminação ocupam como princípios fundamentais da UE e demonstrou que as questões relacionadas com os direitos das pessoas lésbicas, homossexuais, bissexuais, trans e intersexo devem ser debatidas, promovendo diálogos construtivos e estabelecendo bases para respostas de política pública ao longo do semestre. Refira-se, a título de exemplo, um debate almoço no Conselho EPSCO de 14 de junho sobre a Estratégia



Europeia para a Igualdade LGBTIQ (2020-2025) ou a promoção, no quadro do Dia Internacional contra a Homofobia, a Transfobia e a Bifobia da Conferência "Together with LGBTI Persons: paces, challenges and dialogues" (coorganizada com a Comissão Europeia, no dia 12 de maio).

A PPUE organizou, ainda, uma Conferência de Alto Nível sobre Estado de Direito na Europa, nos dias 17 e 18 de maio, em Coimbra, na qual o tema da proteção dos direitos das minorias também esteve presente.

As Presidências rotativas devem ser um *honest broker*. O país que assume a Presidência deve ser neutro e imparcial durante o exercício do seu mandato, uma vez que a função das presidências é a de procurar promover o consenso e o trabalho em comum entre os diferentes Estados-Membros. Nessa medida, o "dever de neutralidade" é de natureza institucional, como resulta claro das interações públicas feitas pelas autoridades portuguesas a este respeito.

No que à Declaração apresentada pelos países do Benelux diz respeito, no contexto da audição à Hungria realizada no Conselho de Assuntos Gerais de 22 de junho, Portugal, que sempre expressou apoio ao seu teor, aderiu formalmente à mesma no passado dia 1 de julho, quando terminou a PPUE, em linha com a posição que tem relativamente aos direitos das pessoas LGBTIQ+.

Com os melhores cumprimentos, *peço a*

A Chefe do Gabinete

Indira Noronha

Indira Noronha